

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL IMPACTA VIDA DE MULHERES DO PROGRAMA MULHERES MIL ALAGOAS

NON-FORMAL EDUCATION IMPACTS THE LIVES OF WOMEN IN THE MULHERES MIL ALAGOAS PROGRAM

LA EDUCACIÓN NO FORMAL IMPACTA LA VIDA DE LAS MUJERES DEL PROGRAMA MULHERES MIL ALAGOAS

Sávio Lima da Costa e Silva

Mestre em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Tubarão-SC, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1495-3035>
engenheirosaviolima@gmail.com

Francisco Carneiro Braga

Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Rio de Janeiro-RJ, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-4275-8122>
franciscocarneirob@hotmail.com

Vinicius da Silva Freitas

Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA)
Rio de Janeiro-RJ, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2920-3998>
viniciuscarvalho34@hotmail.com

Rosângela Guimarães de Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Cidade Universitária-PB, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-5785-9578>
fisiolog@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa como o programa reduz desigualdades socioeconômicas, utilizando métodos de materialismo, histórico-dialético e história oral. Para isso, foram analisadas as entrevistas, feitas em 2020, com egressas de diversas áreas que revelaram a influência dos cursos na inserção no mercado de trabalho, cujas entrevistas virtuais são baseadas em um roteiro semiestruturado e realizadas em 2020, com dez egressas de áreas tanto urbanas quanto rurais do estado de Alagoas. A pesquisa também incluiu análise documental do Programa Mulheres Mil e de estudos sobre o programa em outros estados do Brasil. Conclui-se que, embora a educação não seja uma solução completa para problemas de classe, etnia e gênero, ela pode contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica do mundo.

Palavras-chave: educação não formal; desigualdade de gênero; programas mulheres mil; políticas públicas.

ABSTRACT

This study employs historical-dialectical, materialist, and oral history methods to analyze the program's impact on reducing socioeconomic inequalities. To achieve this objective, the following were analyzed: interviews conducted in 2020 with graduates from different areas, which revealed the influence of the courses on entry into the job market; virtual interviews based on a semi-structured script and carried out in

2020 with ten graduates from both urban and rural areas of the state of Alagoas; and semi-structured interviews conducted in 2020 with ten graduates from both urban and rural areas of the state of Alagoas. Additionally, the research encompassed a documentary analysis of the *mulheres mil* program and an examination of the program's implementation in other Brazilian states. It can be concluded that, although education is not a complete solution to the problems of class, race, and gender, it can contribute to the development of a critical view of the world.

Keywords: non-formal education; gender inequality; thousand women programs; public policy.

RESUMEN

El presente estudio analiza cómo el programa disminuye desigualdades socioeconómicas, utilizando métodos de materialismo, histórico-dialéctico e historia oral. Para eso, se utilizó entrevistas, realizadas en 2020, a egresados de distintas áreas que revelaron la influencia de los cursos en el ingreso al mercado laboral, cuyas entrevistas virtuales son basadas en un guion semiestructurado y realizadas en 2020, con diez egresadas de áreas tanto urbanas cuanto rural del estado de Alagoas. La investigación también incluye el análisis documental del programa *Mulheres Mil* y de estudios acerca del programa en otros estados brasileños. Se concluye que, aunque la educación no sea una solución completa a los problemas de clase, etnia y género, puede contribuir al desarrollo de una visión crítica del mundo.

Palabras clave: educación no formal; desigualdad de género; programas *mulheres mil*; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Este estudo traz reflexões sobre a realização de um programa social do governo federal brasileiro com recorte de gênero, o Programa Mulheres Mil (PMM), que teve, como um de seus objetivos, a geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Focamos, especificamente, a atuação desse programa e seu impacto, por meio da educação não formal, na vida das mulheres de alguns municípios de Alagoas: Belém, Junqueiro, Maceió, Novo Lino, Paripueira e Santana do Ipanema.

Como pressuposto para as reflexões aqui apresentadas, acreditamos que a educação é um instrumento de mudança de vida para os indivíduos e que ela, conseqüentemente, participa da mudança da sociedade em seu conjunto, pois é um direito fundamental ser capaz de contribuir no desenvolvimento de uma nação, cuja importância da educação não está só no aumento de renda, senão por meio da educação, quando buscamos o desenvolvimento social, econômico e cultural para os indivíduos. Além disso, mediante a educação, podemos promover uma luta pela diminuição da desigualdade de gênero vivida por mulheres de todo o mundo.

Reduzir a desigualdade de gênero, utilizando a educação como arma, é uma tarefa ousada, mas que faz total sentido, uma vez que mulheres capacitadas e com acesso à

informação fazem melhores escolhas de vida, vivem em melhores condições sociais, financeiras e de saúde.

Sabemos que a igualdade de gênero exige uma sociedade em que homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas. Cumpre aqui destacar que promover essa igualdade entre os gêneros por intermédio da educação é fazer cumprir a Carta Magna do Brasil, que destaca em seu art. 5.º, I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição” (Brasil, 1988, Art. 5º). Todavia, ainda há muita luta a ser realizada para que essa igualdade ocorra de fato e passe pelo empoderamento feminino, o qual visa ao equilíbrio de poder entre homens e mulheres, ao criar as condições para que a mulher seja autônoma em suas decisões e na forma de gerir sua vida; em outras palavras, que esteja no lugar em que quiser e exerça a atividade com a qual se identifique.

Para esta pesquisa, além da concepção da educação e da importância da luta pela igualdade de gênero, torna-se relevante compreendermos alguns conceitos como educação formal e não formal, considerando que o programa Mulheres Mil forma pessoas por intermédio da educação não formal.

O programa foi ampliado para oferecer cursos profissionalizantes a mulheres, a partir dos 16 anos, em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza. Os cursos abrangem temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros, com o objetivo de promover a inclusão, a mobilidade no mercado de trabalho e o alcance da cidadania. Para alcançar esses objetivos, o programa foi desenvolvido conforme as diretrizes da cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria (Brasil, 2014, p. 4), visando reconhecer as aprendizagens adquiridas ao longo da vida e oferecer um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres por meio de uma equipe multidisciplinar capacitada, para orientar o público não tradicional e desfavorecido no desenvolvimento de programas personalizados.

Acerca do programa, faz-se necessário mencionar que a concepção do projeto ocorreu mediante uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte e os

“colleges canadenses”¹. Graças aos resultados impactantes dessa parceria, a ação estendeu-se a outros estados brasileiros, tornando-se um projeto voltado para as mulheres do norte e nordeste, pois nessas regiões se localizam os maiores índices de exclusão social em nosso país.

Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres em situação de maior vulnerabilidade, por meio da educação não formal, o programa Mulheres Mil cria pontes necessárias para lapidar seu potencial, na perspectiva de melhorar suas condições familiares e até mesmo da comunidade. Em linhas gerais, o programa teve como objetivos principais: ofertar qualificação profissional, contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo laboral e oportunizar o empoderamento feminino.

Para além das interações que ocorrem no espaço público da escola, a educação não formal faz uso de uma proposta de conhecimento que funciona como um ambiente de prática e vivência social, e o programa Mulheres Mil, com sua proposta de educação não formal, pretende transformar e valorizar a vida de suas participantes, cuja metodologia visa promover melhores condições de inserção social e profissional de suas participantes e fortalecimento das mulheres.

Em Alagoas, lócus desta pesquisa, o Programa Mulheres Mil foi realizado em 35 municípios, contando 32 cursos e 5.841 mulheres matriculadas, das quais 5.338 concluíram no período aqui considerado (2017 e 2018). Assim, verificamos que houve importante abrangência do programa em Alagoas com um número considerável de mulheres contempladas que chegaram a concluir o curso.

Nesse contexto, a abordagem do tema contemplado nessa investigação deve-se ao pequeno número de pesquisas acadêmicas na região do estado de Alagoas, que contemplem o estudo das narrativas de vida das participantes do PMM e de suas experiências com o programa. Além disso, devido à experiência do pesquisador na área, como voluntário, professor e supervisor do Programa Mulheres Mil, sempre esteve motivado a compreender se o PMM, de fato, tem atingido suas metas (Dias, 2016)

¹ *Colleges canadenses* são cursos de formação profissional no Canadá que equivalem a uma formação profissional de curso técnico subsequente ao ensino médio. Os estudantes canadenses, assim como os americanos, fazem cursos em *colleges* antes de progredir para a universidade.

Em tal contexto de pesquisa e ante os pressupostos aqui considerados, este artigo traz um recorte analítico cujo objetivo geral consiste em analisar como o programa contribui para a redução das desigualdades sociais e econômicas das mulheres alagoanas participantes. Como objetivos específicos, buscamos compreender as contribuições do PMM para a formação da cidadania e verificar se o programa possibilita a inserção de mulheres no mercado de trabalho na área do curso.

METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em um estudo de caso, com abordagem descritiva e exploratória. Será realizada por meio de entrevistas com participantes dos cursos do PMM e pretende, antes de tudo, dar voz a um grupo de mulheres trabalhadoras. Para isso, também será adotada a corrente metodológica da História oral, que José Carlos Meihy (2002) caracteriza como estudo das experiências sociais cotidianas de pessoas e/ou grupos, oportunizando aos silenciados pela oficialidade documental o direito de contar suas histórias de vida.

Pesquisas descritivas visam detalhar as características de uma população específica. Além disso, elas podem ser desenvolvidas para identificar possíveis relações entre variáveis. Muitas pesquisas podem ser categorizadas como descritivas, e é provável que a maioria das realizadas para fins profissionais se encaixe nessa classificação (Gil, 2010, p.27).

Nesse estudo, adotamos como método de produção e de análise de dados o Materialismo Histórico-Dialético. Além disso, a pesquisa desenvolveu-se pautada na metodologia da história oral, com levantamento da história de vida temática, sendo as entrevistas virtuais baseadas em um roteiro semiestruturado e realizadas em 2020, com dez egressas de áreas tanto urbanas quanto rurais do estado de Alagoas que concluíram em 2017 e 2018.

A história oral é de grande importância por permitir captar e analisar os relatos das mulheres que vivenciaram o programa em questão, e possibilitar o entendimento se ele gera realmente alguma mudança de vida nas egressas, seja em sua visão de mundo, seus atos, sua renda ou vida familiar. Desse modo, agimos ante a necessidade de entender se o programa agregou de algum modo, de que modo ele o fez e quais as contradições nele presentes.

Os dados foram complementados por uma pesquisa documental em material informativo do Programa Mulheres Mil e em diálogo com um conjunto de pesquisas sobre sua realização em diferentes estados do Brasil.

Assim, como sujeitos da pesquisa, foi selecionado um conjunto de mulheres, incluindo uma mulher transexual, todas dentro desse perfil macro de vulnerabilidade. As egressas entrevistadas são pessoas que, muitas vezes, não puderam terminar o estudo formal. Algumas delas já foram vítimas de violência doméstica, outras do preconceito, mas, sobretudo, são mulheres que por meio de toda sua luta diária contra os preconceitos da sociedade, de sua família, de sua carga cultural, enfrentaram todos os desafios para concluir o curso.

Considerando as limitações de tempo de pesquisa e visando conseguir amostragem suficiente para a investigação, fixamos um número que oscilava entre 8 e 12 mulheres e, ao final, compusemos um grupo de 10 entrevistadas. A seleção destas levou em conta alguns critérios: possuir alguma forma de contato pelo pesquisador; situar-se em localização diversificada pelas diferentes regiões do estado; contemplar área urbana e rural; contemplar mulheres transexuais; e expressar relativa diversidade de cursos. Por fim, por considerar o momento da pandemia da covid-19, foram entrevistadas aquelas que se disponibilizariam a conceder a entrevista de modo virtual. De acordo com esses critérios, a pesquisa foi realizada por meio de entrevista virtual com roteiro semiestruturado, com história de vida temática mediante a relação com o curso realizado no PMM (Gil, 2010)

RESULTADOS

O Programa Mulheres Mil é destinado às mulheres que estão em vulnerabilidade social, em situação de fragilidade, o que as torna expostas a riscos e a níveis significativos de desagregação social. Por isso, o público-alvo do programa são as mulheres e/ou pessoas que se identificam com o gênero feminino, a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social; vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; escolaridade baixa ou defasada; e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo PRONATEC.

Cumprido destacar que nem sempre o programa foi voltado para todas as pessoas que se identificassem com o sexo feminino, e sim apenas a mulheres assim designadas pelo

sexo biológico de nascimento. Essa conquista ocorreu desde 2017 e, conforme se encontra noticiado no portal do MEC, muitas mulheres transexuais buscavam o programa, cujos gestores não sabiam como agir, até que a gestora do PRONATEC Mulheres Mil, Luiza Jaborandy, apresentou proposta no Instituto Federal de Alagoas – IFAL para que se formasse uma turma denominada “Turma da Diversidade”. A proposta foi aceita e, depois de termos demonstrado o interesse de pessoas do gênero feminino em participar das ações do programa e mediante uma parceria com a ONG PróVida², realizamos a seleção de mulheres transexuais, formando uma turma com 28 alunas, que concluíram o curso no fim de maio de 2017.

Em Alagoas, a adesão do Instituto Federal ao Programa Mulheres Mil ocorreu em 2006. Nesse estado, a vulnerabilidade é mais latente e profunda, visto que ele sempre ocupa as últimas posições dos rankings de índices de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, no momento da produção deste texto, o PMM considerado é desenvolvido em 18 municípios de todas as regiões do estado de Alagoas, incluindo a capital Maceió, e prioriza o atendimento às comunidades mais afastadas e pouco atendidas pelas políticas públicas.

Perfil das mulheres entrevistadas

Na cidade de Maceió², temos a entrevistada que se apresenta como **Fabiola Silva**³ de 50 anos, transexual e militante do movimento LGBTQIAP+, integrante do Movimento das Travestis do estado de Alagoas; faz parte do Comitê de Saúde para a população LGBTQIAP+ de Maceió e, no momento da entrevista, trabalhava como assessora da deputada federal Tereza Nelma (PSDB-AL). Sua trajetória revela-se desafiadora e de superação porque foi profissional do sexo por mais de dez anos, tendo revelado que 90% das mulheres transexuais se veem sujeitas a trabalhar vendendo o próprio corpo. Com dificuldade em conseguir outro trabalho, e só após a participação no Programa Mulheres Mil, no qual fez o curso de Pintora de Obras Imobiliárias, retomou o estudo regular, concluiu o ensino médio e prestou vestibular para o Curso de Tecnólogo Superior de

² As entrevistadas são todas do estado de Alagoas.

³ Para fazermos referência às entrevistadas neste estudo, usamos pseudônimos, de modo a garantir o sigilo da identidade real dessas mulheres.

Recursos Humanos, o qual cursava no momento da entrevista. Fabíola destacou que, em sua trajetória, sempre lutou pelos direitos da população LGBTQI+.

No município de Novo Lino tivemos quatro entrevistadas, das quais uma é da área urbana e as demais da área rural, e duas da área rural residem no Assentamento Belo Horizonte. Segundo o IBGE, o município possui 12.060 habitantes, situa-se na Zona da Mata e é o que possui IDH mais baixo entre os municípios mencionados, contando índice de 0,521. Destacamos, ainda, que a zona rural possui difícil acesso, com estradas sem calçamento que, em ocorrência das chuvas, são alagadas e intransitáveis.

A entrevistada **Karolaine dos Santos Silva** reside na área urbana do município de Novo Lino, tem 24 anos, é casada e dona de casa, possuindo dois filhos. Informou que, quanto às decisões acerca dos estudos dos filhos, ela e o esposo decidem juntos, mas, quanto ao poder de decisão financeira de seu lar, ela afirmou que esse é seu. Reside com a sogra e disse querer trabalhar, mas está sem encontrar oportunidade no município em que vive. Realizou curso de Pintora de Obras Imobiliárias, pintou as escolas do município, chegando a trabalhar como pintora fora do estado, na cidade de Recife, em Pernambuco.

Na zona rural de Novo Lino, vive **Andreia Maria da Silva**, 25 anos, que reside em um assentamento com a mãe, padrasto e os irmãos. Informou que em sua casa, prioritariamente, é sua mãe quem faz os serviços domésticos, mas, se ela precisar, a egressa faz o serviço e seu irmão também ajuda, informando que quando necessário até o padrasto ajuda nos serviços domésticos. Acerca do poder de decisão financeira da casa, ela o atribuiu à mãe e mencionou que o padrasto trabalha e entrega o dinheiro a ela, que decide como gastar, demonstrando ainda a consciência de que, atualmente, os deveres dentro de uma casa devem ser de todos. Escolheu o curso de Agricultora Familiar e, antes do curso, estava desempregada, apenas auxiliando a mãe nos serviços domésticos. Depois de ter realizado o curso, passou a trabalhar como professora da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade em que vive, pois lembrou assuntos de Língua Portuguesa e Matemática.

Também na região rural de Novo Lino, residindo em assentamento, **Helena Maria dos Santos** mora no povoado Surrão, tem 41 anos, é casada, tem três filhos e um neto, que fica sob seus cuidados. É agricultora, orgulha-se de ter estudado seis meses no Assentamento Belo Horizonte (PMM), tendo feito o curso de Agricultora Familiar. Afirmou

sentir-se realizada em sua vida de casada, mas não se sente feliz quanto a seus estudos, porque seu marido a impede de continuar estudando.

Ainda na área rural de Novo Lino, mas não em assentamento, vive **Adriana Valdilene da Silva Marquês** de 34 anos, é casada, possui uma filha de 13 anos, sente-se amada pela família, valorizada pelas pessoas com quem convive e é ela que tem poder de decisão financeira em sua casa, assim como é quem decide acerca do estudo de sua filha, uma vez que seu marido não estudou. Apesar de ter realizado curso de Pintora de Obras Imobiliárias, afirmou não ter conseguido emprego formal após o curso realizado por considerar que sua cidade é muito pequena. Em sua história anterior à participação no Programa Mulheres Mil, narrou ter sido vítima de golpe quando tentou melhorar de vida, cursando por quatro anos uma Faculdade de Pedagogia que se revelou, ao final, falsa e sem registro no MEC. Após a participação no PMM, ingressou em uma nova Faculdade de Pedagogia, reconhecida pelo MEC, para realizar seu sonho antigo de ser professora.

O município de Belém situa-se no agreste de Alagoas que, segundo o IBGE, possui IDH 0,593 e conta com 4.284 habitantes, sendo 93,58 habitantes por quilômetro quadrado. Nele, reside a entrevistada **Elisângela Oliveira dos Santos** de 42 anos, confeitadeira, casada e tem um casal de filhos, uma menina com 12 anos e um rapaz com 17 anos. Tem o sentimento de que sua opinião tem muito valor na família. Em sua casa, as contas atualmente são divididas entre ela e seu marido; logo, ambos têm poder de decisão financeira. Ela fez o curso de Confeitaria e trabalha fazendo bolos desde que concluiu o PMM.

Do município Paripueira, que, segundo o IBGE, se situa no litoral norte, possui IDH 0,617, com 13.332 habitantes e tem, em média, 122,5 habitantes por quilômetro quadrado, foi entrevistada **Michelânea de Amorim Prudêncio** de 36 anos. Tem 12 irmãos, vive com mãe e padrasto e concluiu o ensino médio completo. Apresenta-se como homossexual, afirma adorar o que faz e se diz grata pela oportunidade de ter realizado o curso de Pintora de Obras Imobiliárias que a auxiliou em seu ingresso no emprego formal que possui no momento da entrevista: auxiliar de manutenção no Hotel D'a Natureza.

A entrevistada **Núbia Maria da Silva** de 43 anos, é casada, possui seis filhos, sendo três moças e três rapazes. Ela e o marido decidem juntos acerca das decisões de estudos dos filhos, todavia é ela quem possui poder de decisão financeira em sua casa e sente-se apoiada pela família. Reside no município de Santana do Ipanema, no Sertão de Alagoas,

que, segundo o IBGE, conta com um IDH de 0,591, com 47.839 habitantes, em uma população de 102,61 pessoas por quilômetro quadrado. Essa egressa tem ensino médio completo e, antes do curso, trabalhava como auxiliar de limpeza em hospital. Fez o curso de Costureira Industrial, depois do qual se tornou costureira e, no momento da entrevista, trabalhava por conta própria.

Outra entrevistada do mesmo município, Santana do Ipanema, é **Cleide Monteiro da Silva** de 45 anos, que é evangélica, divorciada, possui dois filhos e reside com sua mãe e seus filhos. Informou que, quando era casada, tomava as decisões referentes à casa com seu marido, mas entendeu que, pela natureza humana, o homem é o cabeça do lar, logo a última palavra era dele. Cleide realizou curso de Pintura em tecidos e, no momento da entrevista, possuía o próprio ateliê e vivia da venda de seu trabalho.

Por fim, do município de Junqueiro que, segundo o IBGE, conta com o IDH de 0,575, com 24.722 habitantes e uma população de 98,66 pessoas por quilômetro quadrado, temos a egressa **Virlane Silva** de 29 anos, casada, possui três filhos. Nunca havia trabalhado antes de se inscrever no curso de Cartonagem à mão, buscou inscrever-se no curso porque vivia com uma crise de ansiedade pela rotina que levava apenas cuidando de casa e da rotina dos filhos. No momento da entrevista, informou que laborava com o que aprendeu no curso e, no momento da entrevista, vivia da própria renda.

Na seção a seguir, procederemos à análise da narrativa dessas egressas à luz do cabedal teórico aqui já apresentado, bem como da correlação que pode ser feita com pesquisas anteriores, considerando os elementos contextuais dos dados aqui gerados.

Narrativas das egressas sobre a participação no PMM em Alagoas

Neste subtópico, serão abordadas as mudanças desde os elementos fornecidos em suas narrativas, quando manifestaram exercer a cidadania ativa, seja nos agrupamentos sociais (políticos, religiosos, profissionais) dos quais faziam parte, que se deram após a participação no PMM ou, como qualificaram de modo mais candente, relacionando as questões das mulheres à participação que já ocorria antes do PMM.

Sobre a participação política antes e depois de terem frequentado o curso, as egressas de Novo Lino assim se expressaram:

P⁴.: Já frequentou alguma associação? R⁵.: Não, a única coisa que eu ia era missa na igreja católica. P.: E passou a frequentar depois? R.: Sim, Associação das mulheres neolinenses, estamos à espera de um gestor que olhe para nós, estamos organizadas, mas ainda não formalizamos, queremos nos unir para conseguir mais trabalho. Estamos esperando que a próxima gestão que vai ser uma mulher se ela olha mais para nós mulheres, nos dá oportunidades. (Adriana, Pintora de Obras Imobiliárias)

P.: Você frequentava algum grupo antes do curso? Associação, seja ela de trabalho, igreja, mulheres, antes do curso? R.: Não. P.: Passou a frequentar? R.: [...] após o curso nos reunimos com algumas mulheres e fizemos uma associação, que se chama AMEN Associação de Mulheres Empreendedoras Neolinenses. (Andreia, Agricultora Familiar).

As egressas Adriana e Andreia, embora tenham participado das turmas em cursos distintos (uma pintora de obras imobiliárias, e a outra agricultora familiar), passaram a fazer parte de uma mesma associação na cidade de Novo Lino, tendo como ligação o vínculo de serem empreendedoras.

Ambas as egressas fazem-nos perceber que — mesmo tendo uma carga horária que não permitiu um aprofundamento — as aulas ministradas no programa acerca da história, direito e luta das mulheres surtiram efeito quanto ao despertar essas mulheres para seu ser social, uma vez que as duas egressas passaram a exercer uma cidadania ativa relacionada à consciência dos direitos das mulheres e as suas questões como trabalhadoras autônomas.

Núbia, residente em Santana do Parnaíba, no sertão, seguiu o mesmo caminho das colegas e passou a fazer parte de um grupo já existente de artesãs da cidade.

P.: Você frequentava algum grupo antes do curso? Associação, trabalho, de mulheres? R.: Não. P.: E após o curso, chegou a participar de uma associação, grupo? R.: Sim, após o curso passei a participar de um grupo de artesãs da cidade. (Núbia, Costureira Industrial).

Ainda que os cursos não tivessem por objetivo levar à organização das mulheres, foi possível perceber que três das entrevistadas passaram a ver, como necessidade, a ideia de coletividade de mulheres para interesses comuns vinculados ao mundo do trabalho.

Por outro lado, no caso de Adriana, podemos observar que ela desenvolveu uma consciência crítica em relação ao que fazia antes e depois, situando-se dentro de um coletivo de mulheres em luta por direitos, ao perceber que esse poderia ser um objetivo

⁴ P – Pergunta.

⁵ R – Resposta.

comum para um grupo mais amplo ao afirmar: “[...] minha mente mudou mais, eu consigo me defender melhor, aprendi sobre direito da mulher, todo conhecimento que eu tive me ajudou a me empoderar, me sinto mais mulher” (Adriana, Pintora de Obras Imobiliárias).

Cleide, por sua vez, continuou em seu próprio grupo de mulheres religiosas a que era ligada e do qual já era líder, mas aproveitou a experiência no curso para qualificar-se ainda mais e depois socializar tais conhecimentos no grupo em que já atuava. Observemos que seu grupo já era um grupo feminino, mas que não tinha uma atuação crítica com relação ao ser mulher na sociedade, o que só passou a ocorrer após a participação de uma de suas lideranças.

Diante do que foi mencionado pelas egressas, podemos constatar que a educação não formal, com algum conteúdo acerca da luta das mulheres, consegue fazer com que as participantes consigam transformar a si mesmas e suas ações dentro de uma práxis, em um sentido mais politizado de gênero.

A inserção de mulheres no mercado de trabalho na área do curso e as estratégias utilizadas por elas

Acerca da inserção das egressas no mercado de trabalho, na área do curso que realizaram no PMM, primeiro buscamos verificar quais delas haviam conseguido emprego formal, com vínculo empregatício. Das dez entrevistadas, duas relataram ter conseguido emprego formal em decorrência do curso realizado: Fabíola e Michelânea. Ambas realizaram o curso de Pintora de Obras Imobiliárias; a primeira conseguiu emprego formal em decorrência do aprendido no módulo básico do curso, pois não passou a laborar na área por ela escolhida; a segunda conseguiu emprego formal na área de trabalho do curso.

Foram constatadas dificuldades com o curso de “Agricultora Familiar”, que depende de uma gama de fatores, como os geográficos e as políticas econômicas, já com o curso de “Pintora de Obras Imobiliárias” enfrenta o sexismo na área da construção civil.

Já os cursos na área de confeitaria, costura e cartonagem permitiram auferir recursos financeiros mensais e maior liberdade de produção como autônomas.

Nesse sentido, constatamos que o curso não foi capaz de promover mudança no setor de inserção de mercado de trabalho dessas mulheres, principalmente em áreas em

que existe um preconceito maior para que elas possam trabalhar. Para que o curso tenha eficácia no sentido da empregabilidade, faz-se necessário o auxílio da prefeitura e empresas da região, com parcerias para absorver essas mulheres, dando-lhes oportunidades no município em que vivem.

Relações de gênero e mudanças: limites e possibilidades

Neste subtópico, falaremos sobre as mudanças subjetivas, como as mulheres entrevistadas viam a si mesmas e a sociedade antes de realizarem o curso e, se enfrentaram mudanças, quais foram elas. Cabe esclarecer que não utilizamos a expressão “gênero”, e sim “mulheres”, durante as conversas com as entrevistadas, por acreditarmos que estava mais de acordo com o vocabulário das egressas, o que se mostrou acertado conforme observamos nas entrevistas.

Em um primeiro momento, tentamos dividir tais mudanças na ordem do privado e do mundo político e do trabalho, mas, durante as leituras sucessivas das narrativas, vimos que era muito difícil tal separação, o que nos fez lembrar da antiga consigna do movimento feminista da década de 1970, em que todo o pessoal é político e, para as mulheres, o mundo pessoal/familiar caminha de modo muito entrecruzado com o mundo profissional. Por isso, optamos por um caminho com base em algumas ideias centrais que elas compartilhavam e criamos uma tessitura no texto que expressasse essas semelhanças.

Acerca da sociabilidade, buscamos investigar para além da família, pois buscávamos entender o sentimento de pertencimento dessas mulheres na sociedade, a compreensão da identidade coletiva, antes e depois do curso, pois sabemos como é importante o sentimento de fazer parte de um grupo e como esse pertencimento contribuiu para a autoestima e reflexões sobre as próprias relações familiares vividas de modo isolado. Nesse sentido, temos a fala da egressa Cleide, quando atribui a si a mudança:

P.: Após o curso, você percebeu em você alguma mudança de pensamento, comportamento? R.: Sim, eu mudei alguns pensamentos, às vezes, temos um pensamento formado das coisas, mas através dos ensinamentos dos professores víamos outra realidade das coisas, até mesmo ouvindo outras pessoas falarem, ajudou sim, com certeza na minha mudança pessoal. [...] Minha mãe e meus dois filhos perceberam boas mudanças em mim. (Cleide, Pintura em tecido). E quando mostra o processo de criação do coletivo mulheres, no espaço de troca proporcionado pelo curso: R.: [...] o curso já é uma forma de você se relacionar com as pessoas, lá nas aulas sempre era exposto os problemas de alguém, as mulheres começavam a expor o que passavam em casa, quando davam

oportunidade para cada um falar. A gente via como tinha muitas mulheres que viviam oprimidas pelo esposo, o curso era oportunidade de muitas mulheres esquecerem o que viviam em casa, muitas delas os maridos não deixavam sair para lugar nenhum, algumas o marido ia lá buscar e não tinha apoio da família e do esposo principalmente.

Muitas mulheres enfrentavam desafios consideráveis que não contavam com o respaldo familiar, e o curso desempenhava um papel crucial nesse contexto. Funcionava como uma oportunidade para essas mulheres expressarem suas inquietações, dialogarem com outras pessoas e adquirirem habilidades para transformar sua situação. Antes mesmo de ser concebido como um curso de pintura e tecido, ele se revelava uma forma de terapia.

[...] Esse curso ajudou muitas mulheres, principalmente as do sertão, muitas nem lazer não tem. Esse curso foi uma porta que se abriu para ter oportunidade de sair de casa, uma verdadeira porta de escape, poder passar a tarde em um lugar só com mulheres, e às vezes tinha mulheres que iam até lá para poder sair de casa, interagir. Muito bom saber o quanto o curso ajudou as pessoas! (Cleide, Pintura em tecido).

A realidade dessas egressas é de pessoas que chegam à sala de aula sem ter o mínimo conhecimento acerca de seus direitos, sem expressar uma consciência crítica da realidade, pois a falta de informação e clausura vivenciada por elas não permite vivenciar. Aqui, percebemos que as mulheres passaram a se identificar em sala de aula quanto às situações de opressão vividas, a trocar experiências e modo de resoluções, tanto que a própria egressa conceitua o curso como terapêutico pelo fato das mulheres se socializarem e criarem uma identidade coletiva, em meio a tanta opressão feminina.

Passamos a identificar o empoderamento na fala das egressas de modo implícito ou explícito, o que as levou a seguir em outros sonhos.

R.: [...] aprendi muitas coisas novas no Programa, e renasceu em mim a vontade de concluir meu ensino médio, através das Mulheres Mil tive vontade de voltar a estudar, concluí meu ensino médio, e hoje já estou matriculada na Universidade Pitágoras, esse programa que me incentivou, reascendeu a chama em mim.

[...] minha irmã disse que fiquei mais centrada nas minhas coisas, que eu consegui concluir, coloquei na cabeça que ia concluir e consegui. Tanto que eu concluí meu ensino médio, fiz vestibular, passei e há uma semana me matriculei na faculdade. O Programa Mulheres Mil e a Luíza me incentivaram muito a estudar, eu fiquei muito fortalecida. P.: Qual curso? R.: RH. [...] (Fabíola, Pintora de Obras Imobiliárias).

P.: Após a conclusão do curso, você percebeu em você alguma mudança de pensamento, comportamento? R.: Eu estou pensando um pouco diferente, estou mais confiante, depois do curso penso em terminar minha faculdade que eu tranquei, eu já comecei e quero concluir, não deu agora, mas quando abrir tudo eu quero terminar minha faculdade. Após o curso me encorajou mais para

voltar a estudar, meu sonho era ser arquiteta, e com o curso me deu uma força a mais, penso em seguir e não desistir. (Michelânea, Pintora de Obras Imobiliárias).

Entre as palavras usadas pelas egressas Fabíola e Michelânea, quando relataram acerca de suas mudanças após o curso, destacamos “Renasceu em mim”, “Reascendeu a chama em mim”, “me incentivou”, “fiquei muito fortalecida”, “estou mais confiante”, “me encorajou”, “sonho”, “força a mais”, “seguir e não desistir”, que revelam claramente o empoderamento na forma de ambas se relacionarem com o mundo, onde destacam uma nova sociabilidade e a coragem para novos desafios.

Mas a palavra empoderamento parece fazer parte das narrativas dessas mulheres de modo fluente, mesmo porque foi um conceito trabalhado e, pelo visto, apropriado pelas mulheres. Claramente, podemos observar um antes e um depois da participação no curso, com diferentes impactos na vida dessas mulheres. Um aspecto que nos chamou a atenção foi a riqueza de exemplos quando as perguntas tratavam sobre se havia, ou não, diferenças entre homens e mulheres e pedíamos que comentassem sobre essa questão e o papel do curso nesse processo:

P.: Há diferença entre homens e mulheres? R.: Sim, há diferença entre homens e mulheres porque tem as questões que eles se acham que é o homão o dono de si, que ele que manda que faz, que a moral é dele, tem homem que é assim e o meu é assim. Mas depois do curso eu subi meu nível e está igual minha moral e a dele.

[...] R.: Acho que para o homem é mais fácil do que para mulher, sempre bato nessa questão na minha casa, a mulher trabalha demais, os homens dizem que não, mas é, a mulher não para. A mulher faz três coisas ao mesmo tempo para o homem só fazer uma. Eu dou conta até de quatro coisas ao mesmo tempo e o homem não enxerga, é a realidade.

[...] R.: A mulher, ela deveria ser mais valorizada, em tudo que ela faz as pessoas deveriam ver que ela se esforça, tipo assim, eu já ouvi muito elogio pelo meu trabalho após o curso, até o homem lá de baixo [funcionário da escola observando que elas estavam pintando a escola] disse que as mulheres estão fazendo o trabalho melhor que os homens, mas nem todo homem olha isso aí, então eu acho assim que deveriam olhar e valorizar mais as mulheres do ponto de vista do trabalho.

[...] R.: O Programa contribuiu muito para visão que eu tenho hoje, o que eu penso hoje e o que eu sou hoje, contribuiu muito mesmo para isso. A questão que eu via na sala de aula - só mulher, cada uma tinha visão diferente da outra e cada uma via como uma porta que estava se abrindo para cada uma, o início de uma nova carreira, era o que eu escutava ali. (Helena, Pintora de Obras Imobiliárias).

Podemos perceber os claros exemplos de machismo vivenciados pela egressa Helena, com uma compreensão do que as mulheres sofrem, apenas sem designá-las como opressão, machismo, mas verificamos o empoderamento na fala da egressa quando

destacou que “depois do curso, eu subi meu nível”. Notamos, ainda, que Helena sente a desvalorização social, ao realizar seu trabalho (pintura na escola), isso por ser, simplesmente, mulher.

Todas as egressas demonstraram, durante a entrevista, compreensão acerca de desigualdades entre homens e mulheres nas diversas situações das relações de sociabilidade humanas, sejam em relações amorosas, sejam em locais de trabalho. E percebemos que, na mudança de pensamento com relação ao mundo do trabalho, essas mulheres se veem tocadas a mudar também em situações de machismo nos relacionamentos, conforme observamos durante fala da egressa Elisângela:

Há diferença entre homens e mulheres. Nós mulheres somos desvalorizadas, às vezes as mulheres trabalham mais que os homens e não são reconhecidas, nós temos que cuidar da casa, de filho e o marido chega em casa e acha que não tem que fazer mais nada porque trabalhou fora. P.: Na sua visão, há desigualdade entre homens e mulheres? R.: Há desigualdade demais entre homens e mulheres. Eu já trabalhei em depósito de construção, e fui demitida porque eu não podia pegar o saco de cimento para colocar no carro, porque sou mulher e contratou um homem no meu lugar que o homem ia carregar as coisas. E eu fui demitida porque sou mulher. Na rua é mais fácil para o homem, se tem duas mulheres tomando uma cerveja, como eu faço com minhas amigas, o povo fala, diz “olha aquela sem vergonha, o marido em casa e ela bebendo”. Já quando meu marido sai e vai beber, ninguém fala que eu estou em casa e ele na rua (Elisângela, Confeiteira).

A egressa consegue perceber a discriminação sofrida pelas mulheres em sua vida social, o modo distinto como homens e mulheres são tratados, seja em situações comuns do dia a dia como frequentar um barzinho, seja até mesmo na competição por uma vaga no mercado de trabalho. E, nesse ponto, percebemos que essas mulheres sentem a diferença de tratamento pela sociedade entre elas e seus maridos. Apesar de Cleide já ser divorciada quando fez o curso e dividir o trabalho com outra mulher (sua mãe), houve uma reflexão sobre um antes e um depois a respeito da vida de casada.

A desigualdade entre homens e mulheres é histórica, em todos os âmbitos da vida, e persiste até os dias de hoje.

A egressa Adriana demonstrou ter essa compreensão:

Em relação ao trabalho, com certeza há diferença entre homens e mulheres, porque as mulheres ganham menos que os homens, e não era para haver essa diferença, temos mesmo patamar, somos todos seres humanos, e nós, por sermos mulheres, não somos reconhecidas, o homem sempre está na frente. Na realidade, a gente ainda precisa chegar lá.

Muitas são as formas de discriminação vivenciadas pelas mulheres em seu dia a dia, e esse preconceito inicia dentro de seus lares, onde o machismo é repassado por seus pais

a elas, são oprimidas por seus maridos e, no âmbito social, seguem sendo tratadas como seres inferiores, com salários mais baixos, impedidas de exercer determinadas funções por serem consideradas inaptas e, assim, a desigualdade vem sendo perpetuada.

A egressa Virlane relatou situações de discriminação vivenciadas pelas mulheres:

P.: Agora sobre os direitos das mulheres, você acredita que há diferença entre homens e mulheres?
R.: Na minha opinião tem uma certa diferença sim, mas em muitas questões eu entendo que não tem nenhuma diferença, a mulher pode ser o que ela quiser, basta ela querer. Mas 1 por cento da minha cabeça diz que não é tão igual porque tem lugares que nós mulheres não podemos entrar em questão de mercado de trabalho por exemplo. P.: Na sua visão há desigualdade entre homens e mulheres? R.: Há desigualdade sim. E eu tenho um caso bem recente para dar exemplo, no hospital aqui da cidade abriu vaga para motorista de ambulância, uma mulher se candidatou e não aceitaram ela participar da escolha porque ela era mulher, eu achei um absurdo porque ela tem carteira, ela é habilitada. Aqui na minha cidade se você é mulher você tem que fazer papel de auxiliar de limpeza, atendente, enfermeira ou médica. Você simplesmente não pode ser uma motorista de ambulância porque ficam falando que mulher não sabe dirigir. No mercado de trabalho, há preconceito e dão mais oportunidades para os homens. Outra vez, eu estava viajando para Arapiraca com minha família e uma policial nos parou, ao sair da blitz meu pai que estava no carro disse: “- Se o cara for fugir, essa mulher vai fazer o quê?” Aí eu disse: “Vai fazer o mesmo que o homem faz. “E é nessas pequenas coisas que a gente vê que as pessoas têm preconceito” (Virlane, Cartonagem a mão).

A realidade é que, embora longos sejam os anos de luta, seus direitos seguem desrespeitados. Mesmo que a própria constituição do país determine a igualdade de todos, na prática essa igualdade não ocorre, as mulheres são amplamente discriminadas, situação que pode ser claramente vista, por exemplo, no âmbito do mercado de trabalho. Acerca da entrada de mulheres na segurança pública, podemos dizer que essa é umas das áreas em que as mulheres têm de enfrentar muitas barreiras, e ainda se veem como minoria nas polícias e corpo de bombeiros, havendo, inclusive, o sentido de reservar 25% das vagas para as mulheres, na tentativa de amenizar essa desigualdade perpetrada (Rezende, 2020)

Pois bem, fazendo uma conectividade com os pensamentos de Vázquez (1977) e Marx (1965) acerca da práxis reiterativa que é espontânea (a repetição), temos de mencionar a tensão dialética, que seria exatamente esse enfrentamento da realidade com o que é posto historicamente, uma análise entre a práxis reiterativa e a criadora para avaliarmos os acertos ou não do que vem sendo vivenciado no âmbito histórico, para só então, a partir de uma tensão entre a práxis reiterativa e a práxis criadora, produzirmos a mudança na história.

O Programa Mulheres Mil visa possibilitar, às mulheres em vulnerabilidade social, o acesso ao estudo profissionalizante, no intuito de possibilitar a elas um ingresso no

mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhoria na situação financeira, mas ele não está “descolado” de uma sociedade patriarcal: mudam-se as mulheres, mas a mudança radical do patriarcado é mais lenta e árdua. Essa fusão da práxis reiterativa com a criadora precisa seguir ocorrendo e, as mulheres necessitam ter essa percepção, só então elas poderão continuar com a práxis reiterativa do que é bom, integrando-a com a criadora, de modo a determinar novos padrões a serem seguidos, fazendo com que mude a história.

Os anos passam, muda-se o século, e a luta das mulheres por seu espaço continua, isso porque ainda não conseguimos a igualdade entre os gêneros, seja nas relações amorosas, nas relações de emprego, na vida social ou no enfrentamento de preconceitos. Além disso, as mulheres continuam a buscar seu direito ao trabalho e salário igual ao dos homens. Infelizmente, essa realidade ainda não se concretizou, pois, embora as mulheres atualmente sejam a maioria nas cadeiras universitárias, adquirindo, conseqüentemente, maior qualificação ao participarem de entrevistas de emprego, ainda são preteridas. Muitas vezes acabam conseguindo o mesmo cargo que um homem, mas precisam trabalhar mais tempo e recebem remuneração inferior.

Nesse contexto, o que seriam os direitos das mulheres para as entrevistas?

Para mim, direito da mulher é ser respeitada igualmente no trabalho, na vida, em casa, porque os homens têm mais oportunidades em tudo por ser homem, o que a gente quer é mais respeito, quer que a gente seja mais lembrada e valorizada pela sociedade, nós mulheres a gente luta muito para ter direito igual ao homem. [...] Ter um salário igual [ao] do homem, se eu trabalhar em área igual, quero um salário digno, é ser mais reconhecida perante a sociedade, é ter mais respeito dos homens de ser tratada como mulher e não empregada (Adriana, Pintora de Obras Imobiliárias).

[...] As mulheres têm que ter direito a trabalhar, aqui na minha cidade tem mulheres que não podem trabalhar, não podem tomar decisão em casa, tem uma na minha cidade que o marido que diz se ela pode tomar comprimido para evitar ou não. Já eu trabalho e penso que tenho o mesmo direito de sair. [...] P.: Você acha que você sempre pensou assim ou o Programa Mulheres Mil contribuiu para isso, para você pensar da maneira que pensa hoje? R.: O Programa Mulheres Mil me mostrou exemplos de mulheres que fizeram o curso e começaram a ganhar seu próprio dinheiro, sua independência, se o marido deixar a mulher tem como se virar (Elisângela, Confeiteira).

É interessante como Adriana expressa um lugar de fala de “somos do lar” e se vê parte do grupo de mulheres donas de casa. Ela não gosta de que o marido a trate como “empregada”, mas em condição de igualdade. Entretanto, quando pensa a sociedade fora de casa, coloca-se como grupo de mulheres trabalhadoras, ao reivindicar “salário igual” e, mais adiante, na sociedade, identifica-se no grande grupo de mulheres, ao questionar a violência e o poder masculinos.

A narrativa de Elisângela é reveladora de como um espaço coletivo para mulheres atua como um dominó em seu modo de vida, caso ela comece a desenvolver uma consciência crítica de gênero: direito ao lazer, às amizades livres, à livre circulação, ao trabalho, e cita até os direitos sexuais, ao falar do controle da concepção. Vários modos de expressar as contradições em que estão imersas as relações de gênero no âmbito do privado e do público, em que tudo aparece misturado e com repercussão recíproca.

O que buscamos não é a superioridade de um sexo sobre o outro, mas igualdade que não ocorre. Quando as mulheres são conscientizadas de seus direitos, quando passam a reconhecer sua igualdade à dos homens, elas iniciam o processo de quebra de padrões criados pelo patriarcado em todos os níveis das relações humanas. Porém, no que se refere ao direito ao trabalho, o objetivo do programa pode cair em um vazio, pois só conseguirá seu intuito de empregabilidade se houver parceria com o município onde está sendo realizado, assim como com as empresas que ali se localizem, para que possam inserir essas mulheres no mercado de trabalho, principalmente nas cidades do interior, onde o sexismo é mais arraigado.

Desse modo, notamos que a mudança quanto à situação econômica é muito importante para o empoderamento feminino, pois sustenta as solicitações de mudança em seus relacionamentos conjugais e, a igualdade econômica fora de casa as faz querer a igualdade também dentro de casa. Na grade curricular do PMM, existem aulas acerca do direito das mulheres, saúde da mulher e, ainda, sobre questões vivenciadas — conteúdo comum a todos os cursos — como a violência doméstica. As egressas, que vivem em situação de vulnerabilidade social, não possuem o mesmo grau de esclarecimento de pessoas que tenham amplo acesso aos meios de informação: apresentar seus direitos é orientá-las para a vida, sejam relativos ao trabalho, à saúde ou à não violência.

Essa abordagem em classe, tocou de algum modo as alunas, o que pode ser percebido no destaque que Andreia fez acerca do assunto, quando lhe perguntamos se notou alguma mudança em si após o curso:

Claro que percebi mudanças em mim, com todos os direitos das mulheres que foram falados, alguns eu não sabia, saber sobre doenças, foi ótimo. [...] Direito das mulheres é as mulheres poderem exercer as mesmas coisas que os homens. [...] R.: Considero importante o direito da mulher de ter seu trabalho e seu dinheiro. Nossos governantes precisam valorizar as mulheres, os homens precisam valorizar as mulheres porque é muita violência doméstica. [...] (Andreia, Agricultora familiar).

Ao mencionar em classe situações de violência doméstica, encorajávamos as vítimas a tomarem atitudes. Durante as aulas do curso, por meio de dinâmicas informais, abríamos espaço para que as mulheres pudessem relatar fatos vivenciados por elas, a exemplo do tráfico de mulheres relatados por uma das alunas na cidade de Novo Lino, relatos de vizinhas que eram constantemente agredidas e as alunas querendo saber como agir, e até aquelas do próprio curso que se encorajavam para relatar violência que vivenciaram (Brasil, 2006)

Nesse sentido, o aprendizado mútuo sobre a dura realidade feminina no Brasil ocorria entre alunas e professoras(es) na sala de aula. Os índices de feminicídio no país são altos e, normalmente, as mulheres que são mortas o são por motivos passionais, sendo importante tratar sobre o tema violência contra mulher, mais especificamente violência doméstica, principalmente em salas de aula.

Segundo dados oficiais, no site do governo federal, em 2020 houve 105 mil denúncias de violência contra mulher. Desses registros, 72% são referentes à violência doméstica e familiar; o restante das denúncias, da ordem de 28% se refere à violação de direitos civis e políticos, e, entre esses, estão condições análogas à escravidão, tráfico de pessoas, cárcere, entre outros. No que se refere a violência, tivemos as narrativas de Fabíola que, por ser uma mulher transexual, ocupa o espaço da violência máxima em nossa sociedade, podendo ser assassinada a qualquer momento e sofrer discriminação até de outras mulheres (Nogueira, 2020).

Em sua narrativa, Fabíola considerou a área de conteúdos gerais como uma qualificação a mais de que necessitava para além da formação técnica de pintora de obras, pois passou a trabalhar como assessora parlamentar na área de direitos das mulheres e LGBTQIAP+.

R.: Então, tem que se garantir quotas para mulheres, tem que garantir nossa segurança, enquanto não formos tratadas iguais, tem que haver esses direitos para gente ser igualitário. A lei Maria da Penha contempla as travestis, mas muitas meninas não sabem que ela nos contempla, nós temos dificuldades por não termos uma delegacia para nosso segmento, e eu nem concordo que teria que ter uma delegacia só para LGBTQI, o que eu queria é que os profissionais fossem qualificados para nos tratar bem; por exemplo, como você fez ao me entrevistar, você perguntou como eu gostaria de ser chamada, é isso que eu quero ter na rua, nas instituições, respeito! P.: A senhora sempre pensou assim acerca das mulheres? R.: Sim, sempre, mas o curso me deixou mais forte e capacitada, porque hoje tenho conhecimento sobre direito das mulheres, as outras meninas se puderem fazer

um curso desse vão estar qualificadas como eu e enfrentar a sociedade (Fabíola, Pintora de Obras Imobiliárias).

A desigualdade nos direitos sexuais e de gênero persistem e, muitas vezes, estão disfarçadas de legalidade. Notamos, por exemplo, que existem vários projetos de lei acerca dos direitos dos LGBTQIAP+ que estão parados. Um que ganhou destaque foi o PL 7.582, de 2004, que define como crime de ódio qualquer ato contra um LGBTQIAP+ e visa resgatar pessoas em situação de risco, mas se encontra parado na Comissão de Direitos Humanos.

Por que tanta demora em votação de projetos de leis que tragam alguma melhoria para aqueles seres humanos que desejam mudança de sexo ou gênero? Tal fato nos leva à reflexão de que, embora os anos e séculos se passem, alguns erros do passado insistem em se perpetuar, a exemplo do preconceito contra a liberdade sexual e de gênero.

A igualdade entre homens e mulheres é um direito que ainda vai render muitas batalhas para ser atingida. Mediante tudo que analisamos, percebemos que, ante a sociabilidade das mulheres entrevistadas com demais pessoas e, em sala de aula, com as trocas de experiências, opiniões e os ensinamentos acerca de seus direitos como mulher, essas egressas conseguiram socializar-se, criar uma identidade de grupo e entender-se como um membro na sociedade. Pois bem, diante dessa consciência crítica de suas realidades, essas mulheres passaram a sentir-se dignas de ter igualdade à dos homens, utilizando o empoderamento como uma verdadeira ferramenta para alcançarem a valorização própria. Esse misto de sociabilidade e empoderamento, faz com que elas queiram igualdade fora e dentro do lar, mediante o conhecimento adquirido acerca dos direitos das mulheres que passaram a argumentar sobretudo e contra tudo de errado que vivem, toda situação de opressão, de machismo e desigualdade. O conhecimento é uma arma contra a injustiça vivida por essas mulheres” (Nery Junior, 1999)

CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo geral, analisar, com base nas narrativas das mulheres egressas do Programa Mulheres Mil em Alagoas, como o programa contribuiu para a redução das desigualdades sociais e econômicas das mulheres participantes alagoanas. Como objetivos específicos, buscamos compreender as contribuições do PMM para a

formação da cidadania e verificar se o Programa Mulheres Mil possibilita a inserção de mulheres no mercado de trabalho na área do curso.

Mediante as análises do que foi narrado pelas egressas durante as entrevistas, conseguimos atingir os objetivos traçados. Quanto à formação da cidadania e luta das mulheres, observamos que, apesar da pouca carga horária, as aulas ministradas no programa acerca da história, direito e luta das mulheres surtiram efeito por conseguir despertar essas mulheres para uma consciência crítica em muitos aspectos das relações de gênero, fazendo com que as egressas entrevistadas passassem a exercer uma cidadania ativa relacionada à consciência dos direitos das mulheres e as suas questões como trabalhadoras autônomas.

As aulas com conteúdo de disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática e Ética, conseguiram auxiliar as egressas no tocante ao mercado de trabalho, tendo uma delas relatado que as aulas de ética a ajudaram a conseguir seu emprego formal, enquanto outra passou a lecionar de modo informal em decorrência daquilo quando lembrou as matérias e realizou seu ensino médio.

Quanto à inserção de mulheres no mercado de trabalho, na área do curso e as estratégias utilizadas por elas, percebemos que o programa não foi suficiente para inserir as egressas no mercado formal de trabalho, pois apenas duas das dez entrevistadas conseguiram obter carteira assinada, das quais apenas uma na área escolhida do curso, enquanto seis passaram a exercer trabalho como autônomas e outras duas apenas conseguiram trabalhos esporádicos.

Entre as dez egressas, a metade delas seguiu trabalhando na área em que realizou o curso, uma delas com carteira assinada, e as demais como autônomas. Isso mostra que o programa não alcançou sua meta de empregabilidade formal e as mulheres tentam o mercado informal por falta de oportunidades no local onde vivem, sendo certo que a parceria entre municípios, empresas locais e o programa faria grande diferença para que essas mulheres conseguissem mais trabalhos locais ou até empregos com carteira assinada.

Convém considerarmos, ainda, que o tipo de curso ofertado e escolhido também reflete no sucesso da egressa quanto a sua inserção no mercado de trabalho, pois cursos de agricultura familiar dependem de uma gama de fatores econômicos e geográficos para

que essas mulheres consigam exercer a profissão, e nenhuma das egressas que realizaram tal curso revelaram sucesso, seja devido às condições climáticas, seja ainda por entenderem que não existe quem valorize esse tipo de trabalho na região onde vivem, ou ainda à precariedade das próprias políticas rurais do governo brasileiro. Por outro lado, as que elegeram o curso de pintora de obras imobiliárias são as que mais demonstram enfrentar o preconceito tanto na contratação quanto na permanência no emprego; entre as quatro entrevistadas que realizaram esse curso, apenas uma conseguiu emprego formal na área. Ademais, destacamos que cursos na área de confeitaria, costura e cartonagem permitiram auferir recursos financeiros mensais e maior liberdade de produção como autônomas.

Embora exista a compreensão das falhas, os ganhos com relação ao Programa Mulheres Mil são maiores do que as falhas, pois com ele possibilitamos que mulheres em situação de vulnerabilidade participem de cursos e dinâmicas em uma sala de aula, elevando sua autoestima, oportunizando o acesso ao conhecimento sistematizado, conhecimento profissional e demonstrando, ainda que de modo superficial, seus direitos.

Os encontros em sala fizeram com que essas mulheres vivenciassem algo totalmente diferente da realidade de sua vida, oferecendo a essas alunas o direito de voz em sala de aula e a troca de experiências realizadas no âmbito das aulas do programa já as engrandeceu, pois, como podemos ver nas narrativas, a história de vida dessas mulheres era toda voltada para o lar e submissão máxima a seus maridos.

Nessa realidade, acreditamos que o programa ao menos planta uma semente no sentido da mudança, pois, no âmbito das entrevistas nesta pesquisa, todas as dez mulheres entrevistadas demonstraram uma mudança de visão com relação a seu direito à voz em casa, assim como informaram estar mais confiantes quando se trata de expor seus pensamentos.

Diante do exposto, reiteramos que é importante dar continuidade aos estudos acerca de programas que visem à melhoria de vidas de mulheres, principalmente aquelas que estão em situação de vulnerabilidade social, pois ainda existe uma carência de estudos no tocante aos programas sociais relativos a esse grupo de mulheres. Tais estudos têm importante papel em fomentar novas políticas públicas que objetivem dirimir a desigualdade social e de gênero existente no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2014. 104 p.

BRASIL. Lei n.º 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, v. 159, n. 142, p. 1, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/07/2021&jornal=515&pagina=1>. Acesso em: 05 jul. de 2024

DIAS, M. B. **Manual de Direito das Famílias**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, K. **A Ideologia alemã e Outros Escritos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

NERY JÚNIOR, N. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NOGUEIRA, R. G. **Violência contra a mulher**: Uma epidemia silenciosa em tempos de pandemia de COVID-19. 2020. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, Paraíba, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17476>. Acesso em: 05 jul. de 2024

REZENDE, M. O. **Desigualdade de gênero, 2020**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/desigualdade-de-genero.htm>. Acesso em: 12 jun. 2024.

VÁZQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 454 p.

NOTA SOBRE A AUTORIA

Sávio Lima da Costa e Silva conduziu a coleta de dados, a análise e a interpretação dos dados e a preparação do manuscrito.

Francisco Carneiro Braga coordenou a coleta de dados e redigiu o manuscrito.

Vinicius da Silva Freitas participou da análise e interpretação dos dados e da preparação do manuscrito.

Rosângela Guimarães de Oliveira participou da concepção e coordenação do estudo, da análise e interpretação dos dados e da preparação do manuscrito.

Todos os autores leram e aprovaram o manuscrito final.

REVISÃO DO ARTIGO

Artigo revisado por Francisco Carlos Peixoto, Pós-graduado em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Recebido em: 17/11/2023

Parecer em: 04/02/2024

Aprovado em: 06/06/2024